

TRADIÇÃO E INOVAÇÃO NA OBRA DE JOSÉ ANTONIO GONSALVES DE MELLO

Tempo dos flamengos, influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil [1947]. Recife: Massangana/INL, 1987, 3ª ed.; Henrique Dias [1954]. Recife: Massangana, 1988, 2ª ed.; João Fernandes Vieira. Recife: Universidade do Recife, 1956, 2 vols.; Fontes para a história do Brasil Holandês. Recife: MinC/SPHAN/Pró-Memória, 1981, 2 vols.; Gente da Nação: cristãos novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654. Recife: Massangana, 1989. Obras de José Antonio Gonsalves de Mello.

Pedro Puntoni

"Grão-mestre da história de Pernambuco e do Nordeste", o "mais importante pesquisador da atual Historiografia Brasileira", o "Historiador-mor de nosso país". Assim é festejado José Antonio Gonsalves de Mello, historiador pernambucano, nascido em Recife, às margens do rio Capibaribe, em 1916. Um certo exagero laudatório se explique talvez pelo regionalismo, talvez pela amizade ou pela veneração dos discípulos; mas é impossível deixar de reconhecer que há alguma verdade nisso. De fato, Gonsalves de Mello é um dos mais importantes historiadores que este país tem ou já teve. Sua obra é certamente das maiores produzidas por um historiador nacional. São mais de trinta livros, além de artigos em revistas e em publicações coletivas. Estudos monográficos, biografias, publicações de documentos e mapas, reedições de textos que estavam perdidos nas bibliotecas do Brasil e do estrangeiro, catálogos e farta coleção de documentos microfilmados (coletados ao longo de várias missões a arquivos da Europa) são o resultado de uma longa carreira dedicada ao estudo da história do Nordeste brasileiro.

Como dizia o historiador francês Lefebvre, "não há notícia histórica sem documentos". Atento a esta noção — lugar-comum do ofício do historiador desde o século XIX —, Gonsalves de Mello imprimiu à sua obra a presença constante e, por vezes, sufocante do documento. Para ele, não há trabalho histórico que possa prescindir do recurso direto ao documento escrito. Ainda garoto, fora seduzido pelo seu primo Gilberto Freyre a dedicar-se ao estudo da língua holandesa com o intuito de manusear os papéis copiados por José Hygino Duarte Pereira na Holanda e que haviam sido entregues, em 1886, ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAGP). "Aprenda holandês antigo para especializar-se no conhecimento do período flamengo da história brasileira", havia dito Freyre ao menino de treze ou catorze anos. O jovem, "esquivo a festas e brilhos" — que ajudara na elaboração da primeira edição do clássico *Casa grande & senzala* (1933) —, publicou, ainda no ano de 1937, um estudo que havia sido apresentado ao 1º Congresso Afro-Brasileiro de Recife. O trabalho, onde já se faz ver o uso das fontes holandesas, tratava da "situação do negro sobre o domínio holandês" (in Freyre, Gilberto e outros. *Novos estudos afro-brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937, pp. 201-21).

Este texto foi a base sobre a qual edificou o seu primeiro e talvez mais importante e divulgado livro: *Tempo dos flamengos, influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil* (Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1947). Sucesso entre os historiadores nacionais e estrangeiros, o livro surpreendeu pelo trato cuidadoso e inovador de um assunto já tão mastigado e visitado pela historiografia. Analisou aspectos do cotidiano da vida urbana e rural do Brasil holandês (1630-54), assim como as atitudes dos holandeses para com os negros, os índios, os portugueses e os judeus. Para tanto, utiliza-se de amplo material fornecido pela

"escola pernambucana", que havia, ao longo de cem anos, escarafunchado os episódios militares e políticos do tempo da dominação holandesa e da insurreição pernambucana, bem como da historiografia estrangeira e da documentação holandesa, que, como vimos, começara a dominar. O resultado é um livro de grande densidade, consequência da maneira acertada de lidar com a tradição dos estudos regionais e com as mais recentes e inovadoras abordagens da história social, então em voga. Com um pé no mais atual fazer historiográfico, Gonsalves de Mello não rejeitava o que lhe ofereciam os grossos volumes das revistas trimestrais dos Institutos do Império.



Sua paixão pelo documento levou-o também a realizar inúmeras missões a arquivos da Europa, atrás de informações e cópias de papéis que fossem pertinentes à história do Nordeste. Sua missão de 1951-2, em Portugal, nos arquivos da Torre do Tombo, Biblioteca Nacional de Lisboa, da Ajuda, de Évora e do Porto, havia sido patrocinada pelo reitor Joaquim Amazonas, da então Universidade do Recife, objetivando a redação de uma série biográfica dos mais importantes restauradores de Pernambuco. No entanto, o historiador, com sua seriedade e desejo de vasculhar a fundo a história colonial nordestina, tinha examinado vasta documentação, providenciando cópias em microfilme daquilo que se mostrasse de interesse. Para se ter um exemplo, como nos relata J.H. Rodrigues, só no Arquivo Histórico Ultramarino, "examinara, um por um, todos os documentos das 93 caixas e 126 maços de Pernambuco, todos referentes a Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, e mais os do século XVII da Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão, Angola e Açores" (Rodrigues, J.H. *A pesquisa histórica no Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1952, p. 109). Com paciência e generosidade organizou e deixou neste arquivo, à consulta de quem interessar possa, três relações de documentos, que ainda não foram publicadas.

De volta ao Brasil, ocupou a cadeira de história da América na Universidade do Recife, tendo ainda ministrado cursos de paleografia, história do Nordeste, técnicas e métodos de pesquisa. Entre os anos 1957-8, sob o patrocínio desta mesma instituição,

voltou à Europa, desta vez para os arquivos de Holanda, França, Inglaterra e Espanha. Examinou, em Haia, os mesmos papéis que Joaquim Caetano da Silva (1852-61) e José Hygino Duarte Pereira (1885-6) haviam consultado e feito copiar. Percebeu e corrigiu erros e lacunas nas coleções que foram trazidas ao Brasil e descobriu farta documentação que muito contribuiria para a história do Nordeste colonial. A opinião de J.H. Rodrigues, para quem "o resultado não correspondeu ao esforço", uma vez que "o período holandês está esgotado no conhecimento da sua evolução e significação", não se sustenta. Vários historiadores, como Frederic Mauro, C.R. Boxer, Stuart Schwartz, Evaldo Cabral de Mello, Luiz Felipe de Alencastro e Vera Ferlini, para citar alguns, têm usado das informações obtidas pelas missões de Gonsalves de Mello para produzir um entendimento mais aprofundado das diversas dimensões sociais, econômicas e culturais colocadas pelos episódios e processos desencadeados nesse período de nossa história colonial.

A transcrição, tradução e publicação de documentos têm sido outra dimensão essencial de sua obra, o que permitiu aos historiadores o acesso a papéis e informações de rara importância. Para Gonsalves de Mello, nunca foi tão verdadeira a observação do historiador francês Pierre Goubert: "souvent le véritable inédit c'est l'imprimé". Deve-se ao historiador a melhor edição dos *Diálogos das grandezas do Brasil*, um dos documentos fundamentais para a história do Nordeste brasileiro, que foi composto em 1618. Tal como a de 1877, publicada por Varnhagen, a sua provém do apógrafo que se encontra na Biblioteca de Leiden, na Holanda. No entanto, o resultado de sua transcrição é um texto integral e cuidadosamente corrigido. Gonsalves de Mello também resolveu definitivamente, através de argumentos claros e encadeados, a questão da autoria do manuscrito, problema que vinha ocupando os mais importantes historiadores do país. A seu ver, estavam certos Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, que viam em Ambrósio Fernandes Brandão o verdadeiro autor dos *Diálogos*.

Além deste, Gonsalves de Mello preparou e publicou vários outros importantes documentos, entre os quais as *Cartas de Duarte Coelho ao rei* (Recife: Imprensa Universitária, 1967) — com a leitura paleográfica de Cleonir Xavier de Albuquerque —, *A cartografia holandesa do Recife* (Recife: IPHAN/MEC, 1976), com oito mapas seiscentistas e

comentários, e os dois grossos volumes de *Fontes para a história do Brasil Holandês* (vol. 1, "Economia açucareira"; vol. 2, "Administração"; Recife: MinC/SPHAN/Pro-Memória, 1981) são os mais importantes. Destes últimos, o volume 1 reúne a mais farta coleção de documentos já publicada para a compreensão e estudo da economia e da sociedade açucareira no Nordeste colonial, no período que vai do final do século XVI até a metade do XVII. A maior parte desses documentos, cujos originais encontram-se nos arquivos da Holanda, foi cuidadosamente decifrada, transcrita e traduzida dos manuscritos góticos do holandês do século XVII.

Seu trabalho, porém, não se resumiu apenas à publicação de documentos relativos à história quincentista ou seiscentista de Pernambuco. O historiador selecionou e publicou uma série de textos recolhidos nas páginas do *Diário de Pernambuco*, jornal editado naquele estado desde os anos 1825. O trabalho está dividido em três volumes: dois deles sobre a "história social do Nordeste" (Recife: Diário de Pernambuco, 1975) e mais outro sobre "arte e natureza" (Recife: Massangana, 1985), e todos trazem ampla documentação para o historiador da segunda metade do século XIX. Foram selecionados textos sobre economia, demografia, cultura, estudos biográficos, relações de Pernambuco com o Império, o uso da fotografia, o mobiliário etc., que nos permitem compor um quadro da economia e da vida social pernambucana nos tempos do segundo reinado. Iniciativa da direção do *Diário*, na comemoração dos seus 150 anos de vida, a pesquisa de Gonsalves de Mello permitiu que voltasse àquele antigo ambiente de trabalho, onde, ainda adolescente, colaborou com seu primo Gilberto Freyre. Ainda coletou e fez publicar *Obra reunida de Manuel Arruda da Câmara* (Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982), precedida de um estudo biográfico desse frei carmelita, "representante modelar da geração ilustrada do final do século XVIII", assim como foi autor de uma introdução sobre a obra e a vida de Domingos de Loreto Couto, autor pernambucano setecentista, na republicação de seu livro *Desagravo do Brasil e glórias de Pernambuco* (Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981), de 1757.

Esta dimensão generosa de sua obra poderia, sobretudo nos tempos de agora, servir de exemplo aos historiadores profissionais. Ao realizar a pesquisa em fontes manuscritas que demonstrem interesse não apenas ao esforço monográfico em curso, não

poderia o pesquisador preparar a transcrição e publicação, ainda que simples, de documentos? Não resta dúvida, no entanto, que carecemos ainda de melhor preparo de nossos jovens profissionais, que por vezes, como é o caso da Universidade de São Paulo, não tiveram sequer uma aula de paleografia em seu curso de graduação.



As pesquisas realizadas nos arquivos portugueses, entre os anos de 1951 e 1952, foram patrocinadas com o intuito de permitir a redação de uma série de biografias para as comemorações do Tricentenário da Restauração de Pernambuco, em 1954. O historiador havia planejado escrever sobre a vida dos dez mais importantes restauradores e, demonstrando sua enorme capacidade de trabalho, fez vir a público, naquela data, as biografias de Francisco de Figueroa, Antônio Dias Cardoso, Henrique Dias (esta com segunda edição de 1988, pela Massangana), dom Antônio Felipe Camarão, Felipe Bandeira de Melo e frei Manoel Calado do Salvador (todas pela Universidade do Recife, 1954). Dois anos depois, publicaria a biografia de João Fernandes Vieira, em dois grossos volumes (idem, 1956). As de Francisco Barreto de Menezes, André Vidal de Negreiros e de Martim Soares Moreno, igualmente previstas, não foram concluídas. Esta última, talvez pelo fato de Afrânio Peixoto já haver publicado, em Lisboa, um estudo da vida deste "fundador do Ceará, iniciador do Maranhão e do Pará, herói da restauração do Brasil, contra franceses e holandeses" — trabalho que, no entanto, peca pela parcialidade e patriotice. Quanto ao "General Comandante das Forças da Restauração e Governador Geral do Brasil", Gonsalves de Mello acabou por publicar um estudo biográfico, em 1976, como introdução à edição de seu testamento (*O testamento do general Francisco Barreto de Menezes*. Recife: IPHAN/MEC, 1976). O documento, que havia sido descoberto no Algarve, "oferece-nos um flagrante precioso da sociedade luso-brasileira do século XVII, pois nos revela fidalgo e alto administrador do Ultramar a exercer a mercância, lado a lado com sua função de governo" (p. 9).

As seis biografias, publicadas em 54, são estudos monográficos muito precisos, onde o autor

reuniu "todos os elementos que lhe foi possível obter, indicando os pontos perfeitamente conhecidos de suas vidas e as indicações que lhes dizem respeito e que ainda não foram trazidos ao conhecimento dos estudiosos". Apesar de sua intenção de "simples pesquisador", é inegável que este esforço foi de vital importância para o entendimento das guerras coloniais entre luso-brasileiros e os soldados da Companhia das Índias Ocidentais, bem como para toda a história da presença holandesa no Nordeste brasileiro. Gonsalves de Mello, fazendo uso de um gênero um pouco mal visto pela historiografia de então, preocupada com as estruturas e a história econômica, acabou trilhando um caminho importante para a reconstrução histórica, não só no nível do acontecimento, mas no do cotidiano, rastreando a vida de homens tidos e glorificados como heróis da pátria e de Pernambuco, seja para mostrar algumas de suas virtudes, mas essencialmente para enfrentar o passado em suas mistificações. Deste modo, Gonsalves de Mello não hesitou em mostrar que o governador da gente preta, como era chamado no tempo dos conflitos o negro Henrique Dias (consagrado herói da restauração, usado à direita e à esquerda, seja como símbolo de harmonia e acomodação entre as raças no Brasil, seja como exemplo da bravura e dedicação do elemento negro) havia sido capitão-de-mato e se envolvido também no combate a quilombos. Tudo isso sem cair em julgamento anacrônico, coisa que certamente não lhe cabia fazer. Como ele mesmo alertava ao leitor, "embora já se tenha lamentado que o governador dos negros se tivesse prestado a servir de capitão-de-campo para a recaptura dos de sua cor, deve-se compreender o caso não com os sentimentos de nossos dias, mas do ponto de vista do século XVII, de uma sociedade escravocrata" (p. 28).

A biografia de João Fernandes Vieira difere não só por ser mais completa e extensa que as demais (são cerca de 750 páginas, em dois volumes), mas por tratar, com nova e abundante documentação de arquivos do Brasil e Europa, de diversos episódios da presença holandesa no Brasil e da história de Pernambuco no século XVII, entre eles, por exemplo, uma importante discussão das causas da eclosão do movimento restaurador, em 1645. Todavia, como já foi notado, o estudo peca pela pouca importância dada aos episódios da recolonização luso-brasileira em Angola. Em verdade, a "escola

pernambucana", atenta às glórias do episódio da restauração, não tem dado devida atenção ao desenrolar dos episódios na outra margem do Atlântico. Assim, a biografia de Gonsalves de Mello não confere atenção ao período em que Vieira fora governador de Angola entre os anos 1658 e 1661, título que obtivera como remuneração pelos serviços prestados na guerra contra os holandeses. Das cerca de 750 páginas de sua biografia, apenas 35 são dedicadas ao período, quando é aí que se revelaria parte da trama que unira Angola ao Brasil e constituíra um grupo de luso-brasileiros diretamente interessados no controle dos negócios africanos, notadamente do tráfico de escravos.

Esta sua série biográfica, sobre os restauradores de Pernambuco ("um dicionário biográfico de um episódio", nas palavras de J.H. Rodrigues), não encontra paralelo na historiografia nacional, pela sua extensão e importância. Escapando do interesse personalista ou do retrato político das biografias que pipocaram no Brasil na primeira metade deste nosso século, Gonsalves de Mello faz, ao contrário, através do enfoque individual, uma verdadeira história social do episódio da restauração.

Suas pesquisas na Europa, nos anos 50, ainda resultariam na redação de mais uma biografia, publicada em 1957, sob o patrocínio da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Desta vez, é da vida de *Antônio Fernandes de Matos* (Recife: Ed. dos Amigos da DPHAN, 1957), "personalidade de maior relevo da vida do Recife seiscentista", que o historiador se ocupa. Mestre pedreiro português, Matos ascendeu social e economicamente na segunda metade do século XVII, tendo sido responsável pela construção de várias igrejas em Olinda e no Recife, entre outras obras, como a casa da Moeda e fortalezas. A monografia, além de contribuir para a história das artes e da arquitetura colonial, assim como das irmandades e ordens religiosas, nos ajuda a entender o cotidiano daquela "burguesia" recifense, da qual sairia o movimento dos mascates. A descrição dos termos do testamento de Antônio Fernandes de Matos é surpreendente, e nos ajuda a dimensionar os parâmetros nos quais navegavam os interesses "capitalistas" desses homens obcecados pelo enriquecimento. A densidade do espírito religioso imprimia marca indelével na vida cotidiana; exemplo disso é a determinação das "despesas da testamentaria", isto é, gastos com enterro, obrigações religiosas e caridade, onde o burguês havia

despendido a quantia de 174:354\$476. Para se ter uma idéia, entre os anos de 1703 e 1722, só na Ordem III de São Francisco, foram mandadas rezar perto de 120 mil missas pela alma do falecido (pp. 81-9)!



Se o exercício de criar uma série biográfica associava-se, em 1954, às determinações do movimento comemorativo, e resumia-se, portanto, apenas aos mais importantes restauradores, em seu último livro — *Gente da Nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654* (Recife: Massangana, 1989) — o historiador nos oferece um vasto painel biográfico. Desta feita, seus personagens principais são os judeus residentes no Nordeste, entre os anos 1630 e 1640. De fato, a parte terceira do livro é um dicionário biográfico que, diferentemente da obra monumental de Pereira da Costa (1882), onde interessava apenas a vida dos "brasileiros célebres", preocupa-se em enumerar as informações obtidas sobre a vida de anônimos (ou mesmo conhecidos) comerciantes, "carregadores", fabricantes de camisas, traficantes de escravos etc., sejam eles cristãos-novos ou judeus confessos. O historiador oferece, assim, à pesquisa uma fonte de informações de inigualável valor.

Além desse dicionário, o livro reúne estudos publicados previamente nas páginas da *Revista do IAGP* com alguns inéditos. Inicialmente, Gonsalves de Mello estuda a presença dos cristãos-novos em Pernambuco no período *ante bellum*, isto é, desde 1542 até 1629, antes da derrota para os holandeses. No primeiro capítulo mostra como grande parte da economia açucareira do Brasil era dominada por cristãos-novos, particularmente o comércio de exportação, em conexões que eram estabelecidas com "as judiarias de Amsterdam e Hamburgo". Os três capítulos seguintes são estudos biográficos de cristãos-novos. O primeiro deles de um mercador, Miguel Dias Santiago, cujo maior interesse advém de seu livro de contas preservado, que permite vislumbrar aspectos das redes de comércio estabelecidas entre diversos portos europeus e o Brasil. Os estudos seguintes, do "capitalista" João Nunes Correia e do poeta Bento Teixeira, nos revelam os meandros do inferno pessoal em que foram envol-

vidos quando capturados pela Inquisição. Pena que a história de João Nunes sofra pela redação truncada e pela repetição indevida de trechos de documentos, exemplo de como a presença excessiva das fontes acaba sufocando, por vezes, o movimento de análise. O autor faz ainda um levantamento da desventurada genealogia de Branca Dias. No último capítulo desta primeira parte, analisa a presença da visitação do Santo Ofício a Pernambuco e conclui pela existência de um verdadeiro Tribunal da Inquisição, entre os anos de 1594 e 1595, naquelas partes do Brasil, ainda que instruído a julgar apenas culpas que exigissem abjuração *de levi*.

Na segunda parte do livro, começa por mostrar inválida a idéia corrente da importância da participação de capitais de judeus portugueses na fundação da Companhia das Índias Ocidentais, que conquistaria Olinda em 1630. Estuda detidamente as liberdades garantidas aos cristãos-novos que permaneceram sob o domínio holandês, o que permitia-lhes assumir a religião que professavam às escondidas, bem como estuda a imigração de judeus portugueses da Holanda para Pernambuco, neste mesmo período. O capítulo seguinte mostra como a presença desses judeus gerava uma concorrência com os mercadores holandeses que resultaria em práticas discriminatórias.

O livro *Gente da Nação*, resultado de incansáveis trabalhos nos arquivos da Holanda, Inglaterra, Portugal e Brasil, desenvolve as páginas finais de seu primeiro livro, onde trata da presença dos judeus no Brasil holandês. Esta sua obsessão pela genealogia e história dos cristãos-novos e judeus pode explicar-se, curiosamente, pelo fato de que entre seus antepassados estaria Duarte de Sá, que em Olinda, no ano de 1594, confessara ao visitador do Santo Ofício "ter raça de cristão-novo pela parte da mãe". Gonsalves de Mello faz assim sua a história que é seu ofício. Mas o aspecto quase proustiano do estudo não descarta sua importância para a história da presença holandesa no Nordeste brasileiro. Um crítico mais apressado poderia ver neste livro apenas mais uma obra de um historiador preocupado apenas com minúcias, e deixar de perceber que as conclusões a que chega Gonsalves de Mello trazem elementos fundamentais para a compreensão dos enredos que reuniam nossa história colonial aos episódios da história européia. Em verdade, acredito que a leitura deste livro permitenos reforçar a hipótese do historiador Eddy Stols,

para quem o grupo de mercadores ligados à aventura colonial da Companhia das Índias Ocidentais era um "novo grupo de empreendedores corsários, incipiente burguesia popular e nacionalista", em oposição à "burguesia tradicional" que tinha os seus interesses comerciais já definidos. Isso se for possível a aproximação ou identificação dos interesses dessa "burguesia tradicional" com os do grupo de judeus e cristãos-novos portugueses, moradores em Lisboa, Amsterdam ou Brasil, que detinham o controle desse comércio colonial. Segundo Stols, o "novo grupo", que procurava o estabelecimento de uma nova dinâmica e a conquista de espaço no lucrativo comércio de produtos tropicais, teria imposto a solução da fundação de uma Companhia de Comércio como maneira de controlar o iminente conflito entre os dois grupos de interesses. Tratava-se de uma solução para que os Estados Gerais mantivessem o controle e a organização da vida econômica das Províncias Unidas, ameaçadas por "guerra civil, no nível econômico". A fundação da Companhia das Índias Ocidentais teria sido, em suas palavras, uma "nacionalização" *avant la lettre* (cf. "Os mercadores flamengos em Portugal e no Brasil antes das conquistas holandesas". *Anais de História*, Assis, 5:9-54, 1973). Desse modo, os conflitos surgidos no Brasil holandês, entre os anos 1638 e 1645, entre o grupo de comerciantes holandeses e a comunidade judaica, que eram "antes de natureza econômica que religiosa" (*Gente da Nação*, p. 261), podem ser ricochetes das disputas travadas na Holanda.



Representante de uma das mais longas tradições da historiografia brasileira, Gonsalves de Mello — atual presidente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (fundado em 1862) — tem sido por vezes esquecido, principalmente pelos profissionais recolhidos às universidades. Sua obra, resultado da paciente pesquisa entre documentos "empoeirados e roídos de bicho", de viagens e de esforços sem conta, mais que inovar a abordagem da história do domínio holandês, mostrou como era possível realizar a ponte entre a tradição e as perspectivas mais modernas da historiografia. Negava, assim, um anátema de nossa

cultura segundo o qual "a cada geração a vida intelectual no Brasil parece recomeçar do zero", como alertava, em já tão citado ensaio, o crítico Roberto Schwarz. De fato, os anos 30 valem muito para o conhecimento histórico no país. Momento de redescoberta do Brasil, onde foi gerado um movimento cultural capaz de unificar nacionalmente os fatos regionais e de "normalizar" a série de aspirações e inovações produzidos nos anos 20 C.A. Candido), é nessa década que assistimos à publicação dos importantes livros de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior que romperam com perspectivas positivistas ou, simplesmente, oficiais de nossa historiografia. Mas, apesar de se querer ver nessa "geração de 30" um corte profundo com o que lhe precedia, não se pode deixar de lado a densidade criada pelos institutos históricos e pelas tradições regionais. O trabalho de centenas de profissionais e amadores, apaixonados pelo ofício de compreender e buscar no passado as razões e informações do que cada um a seu modo chamava de história, foi cristalizado num *corpus* historiográfico, onde as "escolas regionais" são de grande importância na definição dos temas e recortes. O oceano documental de nossa história foi definido e construído pelos esforços de homens como Varnhagen, Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa, Joaquim Caetano da Silva, entre outros. Todavia, esses esforços parecem estar esquecidos, como o estão as revistas trimestrais dos institutos, cujas coleções restam empoeiradas e incompletas em algumas das bibliotecas de nossos centros de pesquisa.

Gonsalves de Mello, com seu trabalho de "simples pesquisador" — "pesquisador cheio de interesse pelo social e pelo humano e olhando com olhos de míope para o que seja meramente político ou administrativo ou de puro aspecto cronológico" (*Tempo dos flamengos*, p. 27) —, oferece-nos uma obra inigualável. Se por vezes seu texto foi sacrificado pela presença exagerada do documento, e em detrimento da análise e da discussão historiográfica, isso se deve, talvez, ao apego ao ofício quase braçal do pesquisador, à curiosidade por vezes febril de decifrar o possível documento que faltava. Falta-lhe, aqui e ali, a paciência do escritor. Por outro lado, embora acompanhe ampla bibliografia para cercar o seu tema, parece que o faz em busca da informação e do detalhe inusitado. Seu afastamento da análise e do esforço teórico pode ser compreendido como

indício de uma concepção cumulativa, e não problemática, da história. Todavia, são exemplares a erudição desse historiador e a generosidade com que desvendou os caminhos da pesquisa histórica. Gonçalves de Mello reata o fio da meada, e nos revela as possibilidades inovadoras do diálogo com a tradição

historiográfica de nosso país. Mais uma vez, as glórias são de Pernambuco.

Pedro Puntoni é mestre em história social pela USP e membro do grupo de bolsistas do Cebap.

INTERVENÇÃO CRÍTICA E CRIADORA

Tutankaton, de Otavio Frias Filho. São Paulo: Iluminuras, 1991, 167 pp.

Augusto Massi

Quando um escritor resolve se expressar através de uma determinada forma artística, tal escolha, ainda que inconsciente, revela sempre uma estratégia utilizada para enfrentar a tradição. Por isso, no caso de Otavio Frias Filho, antes de começarmos pela análise de suas peças, seria interessante considerar sua estréia como dramaturgo. As três peças que compõem *Tutankaton* poderiam, perfeitamente, adotar a estrutura formal de uma novela, de um conto ou até mesmo de um roteiro de cinema. Por que, então, o teatro? Longe de ser apenas a forma literária mais ajustada ao temperamento artístico do autor, a eleição do texto teatral parece revelar uma escolha intelectual, capaz de garantir um espaço tanto para a crítica quanto para criação.

Na *esfera da reflexão crítica*, a opção pelo teatro pode ser vista como um questionamento do ideário modernista. É moeda corrente do pensamento atual julgar que diante do avanço de novas formas de arte, como o cinema, o vídeo e a televisão, o teatro está condenado a se transformar numa arte obsoleta, fadada a incorporar técnicas e procedimentos oriundos destas mesmas formas de arte que a colocam sob ameaça permanente. O próprio Otavio, em artigos dedicados ao trabalho cênico dos diretores Antunes Filho e Gerald Thomas, acentua que a sobrevivência do teatro reside no emprego de soluções cinematográficas. Mas apesar desse diagnóstico crítico — cuja receita inclui antibióticos de última geração —, no terreno da criação, o dramaturgo parece recomendar doses homeopáticas de modernidade.

Essa ambigüidade diante da experiência moderna norteia *Tutankaton* e, em especial, as notas

explicativas que acompanham as peças. Em outras palavras, Otavio, na condição de crítico militante, sugere ser inevitável a supremacia do cinema sobre o teatro, corroborando determinadas correntes modernistas que julgam vitoriosa a lógica do "progresso". Já no plano da criação, o ensaísta se coloca como aliado do artista, na contramão do espírito geral que animou a arte modernista. Não foi à toa que escolheu "Tutankaton" para abrir o volume. Numa longa nota explicativa, o autor esclarece as razões que o levaram a escrever uma peça "não-moderna". "Tutankaton" pretende ser bem mais que uma declaração de princípios: é uma declaração de guerra contra certos clichês modernistas. Mas a ambigüidade é mantida quando Otavio afirma ter escrito uma peça "não-moderna" e, poderia ter dito, com todas as letras, "antimoderna".

Para complicar um pouco mais este esquema, poderíamos acrescentar que tudo isso lembra abertamente procedimentos característicos do que havia de melhor nas manifestações artísticas do modernismo. Não vejo nenhum espírito restaurador antimodernista na dicção elevada, nas frases intermináveis que se postam como exércitos retóricos, ou nas metáforas incrustadas nesse monumento neoclássico erguido contra os hábitos do leitor. Numa breve passagem da nota explicativa, Otavio admite que corre o risco de morder a própria cauda: "De certa forma, trata-se de retornar à liberdade de estilo, à pluralidade de formas que foi, aliás, uma das bandeiras do modernismo". O estilo pode até ser não-moderno, neoclássico, parnasiano, mas a provocação é 100% modernista. A posição de Otavio não é nova, envereda por um capítulo recorrente na história da arte moderna: a necessidade de um retorno à ordem. E não seria demais lembrar que, em matéria de arte, o modernismo nunca foi monoteísta. Não vai ser fácil mumificar o seu cadáver.

Na *esfera da criação*, por sua vez, deparamos com a mesma ambigüidade. Trata-se é claro de uma ambigüidade calculada, dinâmica e de muito alcan-

ce. Vejamos. A opção pelo texto teatral parece, a princípio, a escolha de uma forma artística "não-moderna". E o que é pior, comparada à nossa tradição literária, a história da moderna dramaturgia brasileira está marcada por descontinuidades, e não apresenta, à exceção talvez de Nelson Rodrigues, nenhum nome de envergadura internacional. Otavio parece consciente dessa situação: "Numa cultura tão dependente de fontes externas como a nossa, e na qual as linhas de tradição foram brutalmente interrompidas várias vezes, estamos sempre às voltas com eles. Por motivos que não é necessário examinar aqui, o mecanismo cultural sempre foi incorporar uma plataforma internacional para utilizá-la contra a tradição interna, vista como algo a enfrentar mais do que desenvolver. O resultado é uma história cultural fraturada e vulnerável. A rarefação intelectual do teatro brasileiro torna o problema ainda mais agudo neste campo que nos demais".

Cabe aqui a pergunta: afinal, quais seriam as vantagens desta opção? Por que abdicar de uma tradição ficcional cuja organicidade intelectual vai de Machado de Assis a Guimarães Rosa? A fragilidade da dramaturgia brasileira, que num primeiro momento aparece como problema, vista sob outro ângulo pode resultar num espaço de absoluta liberdade criadora para o autor estreante. A tradição interna — mesmo levando em conta as melhores criações de Oswald de Andrade, Nelson Rodrigues, Jorge Andrade, Ariano Suassuna ou Oduvaldo Viana Filho, para citar alguns nomes — ainda não compõe um *continuum*. Mas, se a tradição não auxilia, está longe de atuar como obstáculo. Quase tudo está por fazer.

As três peças reunidas em *Tutankaton* contrastam com a atmosfera da literatura e da dramaturgia brasileira atual pela série de deslocamentos, renovações temáticas e estranhamentos que provoca. Do meu ponto de vista, isso só foi possível graças à conjunção de dois fatores. O primeiro está relacionado à fragilidade da tradição interna que exige um contato permanente com a tradição "universal", de Leon Tolstói a Bernard Shaw, de Harold Pinter a Sam Shepard. Desta forma, Otavio pode abordar no teatro, com total desenvoltura, temas que soariam como um despropósito ou, no mínimo, absurdos para um romance de estréia. Note-se ainda que através dessa escolha o autor guardou distância das antigas polêmicas entre os simpatizantes de um nacionalismo retrógrado e a superioridade satisfeita

da vanguarda. O segundo aspecto está relacionado à formação intelectual do autor e ao leque de interesses e leituras que mobiliza para escrever suas peças. É raro encontrar num autor brasileiro, mesmo nos grandes, uma visão de mundo e um desejo de conhecimento tão bem articulados em torno de questões como a política, a religião, a psicanálise e a arte.

Outro ponto que merece ser destacado diz respeito à construção literária. Assim como o verso livre praticado por poetas que jamais estudaram métrica pode colocar a perder uma riqueza de ritmos à disposição do artista, a ficção moderna, submetida a toda sorte de experiências, se ressentida do conhecimento de técnicas narrativas rudimentares. É comum que jovens romancistas ocultem suas deficiências narrativas mergulhando num mar de intertextualidade e metalinguagem, sob a argumentação de que a ficção moderna aboliu o personagem e que não necessita de enredo. Escrever para teatro pode resultar, então, num exercício proveitoso, capaz de substituir o famigerado monólogo interior pela arte do diálogo, estruturando cenas e núcleos dramáticos contra o esvaziamento da narrativa. E entre as qualidades dessas peças, talvez uma das que mais chame a atenção seja exatamente essa mescla de ambição com relação aos temas tratados e o empenho quase naturalista em explorar ao máximo aspectos da técnica e da construção do texto literário. Noutras palavras, Otavio não partilha as desculpas tradicionais dadas pela maioria dos nossos escritores: público reduzido, falta de tempo, ausência de debate etc.

Como podemos ver, no interior da escolha pela dramaturgia atuam forças diferentes e, por vezes, contraditórias. Mas o interessante é tentar perceber como esses aspectos mais gerais estão encarnados na própria estrutura dramática das peças. A maior parte das críticas acentuou as diferenças entre "Tutankaton", "Típico romântico" e "Pavilhão japonês". Otavio carregou ainda mais o argumento: "Não há nada em comum entre as peças reunidas aqui, exceto talvez pela circunstância de tomarem escombros como pontos de partida: as ruínas de um estilo 'antigo', no caso da primeira; do naturalismo, no caso da segunda; do modernismo, no caso da terceira". No que se refere aos estilos, a afirmação é verdadeira. Porém, tais diferenças não ocultam, apenas reforçam traços comuns às três peças, dos quais o mais importante parece ser o sentido histórico.

Vistas em conjunto, a despeito da heterogeneidade, as peças obedecem a uma história dos estilos (antigo, naturalista, modernista) e estão submetidas a um critério temporal. O modo como o volume foi organizado denuncia, de forma ostensiva, uma planificação histórica: em "Tutankaton" a ação se passa na Síria e no vale do Nilo, em torno de 1380 e 1000 a.C, ou seja, o foco recai sobre o passado. Já "Típico romântico" está ambientado num período recente, depois da revolução sexual, tangenciando o tempo presente. Por último, "Pavilhão japonês", que lembra, pela atmosfera, uma mescla de ficção científica com história em quadrinhos, aponta para o futuro. Outras analogias poderiam ser feitas para demonstrar a importância desse encadeamento histórico, por exemplo, do ponto de vista da construção dos personagens, seria interessante aproximar a vidente, o psiquiatra e o alto-falante. Na mesma linha, as peças obedecem a uma lógica circular, espécie de carrossel de culpas, quedas e violência. Parodiando as situações de naufrágio, poderíamos dizer que não se salvam primeiro as crianças, depois as mulheres e por último os homens.

O teatro de Otavio Frias Filho é um teatro de tese. E o valor do seu trabalho reside no conflito permanente que instaura entre os personagens. Embora as cenas se passem em espaços amplos — planaltos, desertos, praias, parques —, temos a sensação de que os personagens estão submetidos a um confinamento. Nesse tribunal da razão todos parecem testar a sua verdade e esticar a corda trágica da culpa. Por último, chama a atenção o fato de Otavio não adotar, em nenhum momento, a primeira pessoa, evitando que se estabeleça alguma relação entre os personagens e o seu criador.

O que espanta nos textos nem sempre é o domínio formal, tão acentuado pela crítica, mas a adequação perfeita entre o inusitado do tema e o estranhamento da prosa. Por exemplo, as falas intermináveis de "Tutankaton" estabelecem uma distância entre os personagens resultante do círculo de tensões que envolvem o jovem Faraó, exatamente o oposto do que ocorre na última peça, cuja sucessão de episódios obriga a uma aceleração do tempo e, conseqüentemente, à diminuição das frases.

Isto posto, convém fazer algumas considerações finais sobre a estréia de Otavio. O fato de ser diretor de redação de um dos principais jornais do país parece ter inibido os comentários críticos. Por outro lado, creditar o silêncio apenas a essa faceta é reduzir bastante o problema. A crítica universitária na sua crescente especialização vem mantendo uma posição acusatória contra a presença dos meios de comunicação de massa. No entanto, raramente tem conseguido dar respostas eficazes a tais questões. A crítica jornalística, por sua vez, tem suas condicionantes industriais e econômicas que prejudicam excessivamente a reflexão (espaço, prazo, remuneração). É a conjunção destes fatores que dá o tom de apequenamento da nossa vida intelectual, marcada por favores e relações de amizade, que nos impedem de enxergar o que representa em termos de motivação cultural alguém metido até a alma no mundo da mídia — em meio a acontecimentos políticos como diretas, impeachment etc. — dar continuidade aos seus projetos literários.

A verdade é que emitir um juízo meditado sobre uma obra de estréia está se tornando cada vez mais raro no Brasil. E as três peças reunidas nesse volume pedem uma análise mais detida. Ainda haveria muito o que falar sobre a influência de Nelson Rodrigues em "Típico romântico" ou sobre a proximidade entre ficção e realidade brasileira presente em "Pavilhão japonês" (a história evidentemente se passa no Parque Ibirapuera). Mas o objetivo deste comentário não era realizar uma análise exaustiva dos textos, e sim levantar algumas questões relacionadas à importância dessa estréia que, como poucas, traz a marca de uma intervenção crítica e criadora.

Como tem sido divulgado na imprensa, depois de *Tutankaton*, Otavio já encontrou motivação para escrever duas novas peças, "Rancor", que deve estrear brevemente, onde aborda as relações entre um velho crítico de arte, um ex-discípulo e o editor de cultura de um grande jornal, e "Rosa-choque", uma história de amor entre duas jovens. Isso é o que podemos chamar de uma boa notícia.

Augusto Massi é professor de literatura brasileira na FFLCH da USP.